

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
PEDAGOGIA – BILÍNGUE**

ROSÁRIA LUCIANE FRANÇA DUARTE

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

**APARECIDA DE GOIÂNIA
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Rosária Luciane França Duarte

Matrícula: 20201090080107

Título do Trabalho: Gestão Democrática na Escola Pública – Importância e Desafios.

Autorização - Marque uma das opções

1. (x) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

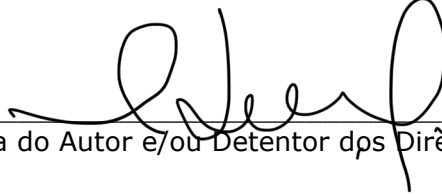
- (x) O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Ap. Goiânia, 07/02/24.
Local Data



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

ROSÁRIA LUCIANE FRANÇA DUARTE

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Pedagogia-Bílingue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Pedagoga Bilíngue.

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Araújo Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D812 Duarte, Rosária Luciane França

Gestão Democrática na Escola Pública: importância e desafios. /
Rosária Luciane França Duarte - Aparecida de Goiânia, 2023.
35 f.

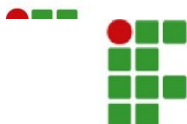
Orientador: Dr. João Ferreira de Araújo Junior.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia,
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2023.

1. Educação Escolar. 2. Escola Pública. 3. Gestão Democrática. I.
Título.

CDD 370.115

Catalogação na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto – CRB 1/2746



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSÁRIA LUCIANE FRANÇA DUARTE

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga Bilíngue: Libras/Português desenvolvido na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade sob orientação do Prof. Drº. João Ferreira de Araújo Júnior.

Aprovado em 12 de Dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Dr. João Ferreira de Araújo Júnior (Presidente - orientador)

(assinado eletronicamente)

Dr. Wellington Cardoso de Oliveira (Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Drª. Daniella Couto Lôbo (Membro Interno)

Documento assinado digitalmente



DANIELLA COUTO LOBO

Data: 05/02/2024 22:02:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado eletronicamente por:

- Wellington Cardoso de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 02/02/2024 14:47:36.
- Joao Ferreira de Araujo Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/12/2023 22:16:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 484401

Código de Autenticação: c881d0acd8



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755
(62) 3507-5959 (ramal: 5959)

A Deus que com sua infinita bondade guia os
meus passos, esteve sempre presente em
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos que recebo em minha vida, pela graça e conquista de entrar no curso de Licenciatura em Pedagogia – Bilíngue no Instituto Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia. Pela saúde, esperança e perseverança para alcançar essa etapa tão importante da minha formação.

Aos meus pais, Urias Francisco França e Julieta Duarte França (*in memoriam*), pelas lutas e todos os esforços de vocês, dedicados à minha formação e educação. Sem dúvidas, foram extremamente essenciais.

A minha família, em especial minha filha Mariana, que me ensinou e me ajudou muito todos esses anos. Sem ela não teria conseguido realizar esse grande sonho. Meu marido, meus filhos, Rafael e Vitória, que me incentivaram e não me deixaram desistir, meus Genros, nora e netos(as) que há 4 anos dividem comigo os momentos difíceis e os momentos alegres. Gratidão a vocês por tudo, incentivo, ajuda, compreensão, paciência e apoio durante estes anos e durante toda essa construção. Sem vocês não teria conseguido chegar até aqui.

Ao meu orientador Prof. Doutor João Ferreira de Araújo Júnior, por aceitar a orientar o meu trabalho de conclusão de curso, através de instruções e contribuições sábias que levarei comigo por toda a vida. Um Mestre que sempre demonstrou incansável no que diz respeito a arte de ensinar com qualidade e que também nos ensinou através de seu exemplo vivo, o verdadeiro sentido das palavras "Ética" e "Comprometimento". Obrigada pelo seu trabalho! O resultado desta construção é fruto de uma orientação realizada com maestria.

À todos os profissionais da educação que passaram e fizeram parte da minha vida escolar, em especial, a professora Daniella Lôbo, professora Keith Braga, com todo meu respeito e admiração, expresso os meus sinceros agradecimentos a essas queridas professoras, que sempre estiveram prontas para me auxiliar e não me deixaram desistir. Uma página de agradecimentos, não seria suficiente para expressar toda minha gratidão, consideração e respeito e que tive a honra de conviver e aprender ao longo desses anos, através do incentivo, ... e dedicação de vocês, cheguei até aqui.

Às minhas amigas(o), de graduação Elisangela, Glauciene, Iracema, que compartilharam inúmeras lutas e conquistas ao longo deste caminho e pela linda amizade que levaremos para além dos muros da Instituição.

Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade em presenciar este momento tão importante em minha vida e pela responsabilidade e compromisso em lutar por uma educação de qualidade e democrática, na qual defendo neste trabalho.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apreender os fundamentos, a importância e os desafios para uma gestão democrática nas escolas públicas. Parte-se do pressuposto que os gestores das escolas públicas têm a responsabilidade de implementar ações para desenvolver uma proposta pedagógica que objetive formar sujeitos críticos. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica na plataforma digital Google Acadêmico, com a finalidade de encontrar artigos escritos sobre a Gestão Democrática. Como referencial teórico utilizou-se como base: Paro (2001, 2007, 2012), Libânio, Oliveira e Toschi (2007) e Veiga (s/d). A exposição foi dividida em tópicos: a Introdução, Os fundamentos da Gestão Democrática, as concepções de Gestão democrática da Literatura educacional brasileira e as Considerações Finais. No geral, foi possível compreender que a gestão democrática nas escolas públicas é uma necessidade histórica e de responsabilidade do conjunto de trabalhadores e da comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação Escolar. Escola Pública. Gestão Democrática.

ABSTRACT

This study aims to show the problems with the management of public schools. Effective school management requires several steps. School managers are responsible for implementing actions to develop the pedagogical proposal, manage personnel and manage the school's material and financial resources. By counting on the support of the school council and the Pedagogical Political Project, democratic management helps to reduce these problems. The manager remains primarily responsible for the school, but can share responsibility with the community, teachers and professors.

Keywords: Schooling. Public school. Democratic management

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	13
2.1 Algumas considerações sobre a Gestão democrática	15
3 AS CONCEPÇÕES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA LITERATURA EDUCACIONAL	22
3.1 Os caminhos da Pesquisa.....	22
3.3 As concepções de Gestão Democrática	26
3.3 A importância da gestão democrática.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela gestão democrática surge a partir do desejo de compreender o funcionamento, os desafios e a participação da comunidade escolar em todas as áreas de planejamento e organização dos procedimentos educacionais.

O termo “Gestão Democrática” despertou meu interesse devido à complexidade e importância. Ao pensar nisso, percebi que a Gestão democrática das escolas era uma área bastante interessante e que iria beneficiar nos meus estudos. Espero conseguir contribuir para que outras pessoas entendam a importância da democracia nas escolas públicas e comecem a participar mais das reuniões, planejamentos e tomada de decisões nas escolas dos seus filhos. Também estou interessada nas questões sociais de como um sistema, uma comunidade ou um grupo, estruturalmente, organizado pode utilizar ferramentas pedagógicas para desenvolver a autonomia dos alunos.

A gestão é essencial no ambiente escolar porque garante que tudo funcione bem e prepara os alunos para serem pessoas melhores, observadoras e críticas. Parece evidente que, no contexto da educação brasileira, muito se tem falado sobre o uso da gestão democrática na gestão das escolas públicas, no entanto, acredito que ainda há muito o que fazer para garantir que a prática seja eficaz e desenvolva as relações educacionais.

É, portanto, importante que tais debates sejam realizados com maior frequência, com o objetivo de identificar desafios e obstáculos que dificultam a implementação da governação democrática. É importante compreender que a investigação e o aumento da sensibilização para este tema beneficiarão todos os membros da comunidade escolar. É a partir dessas bases que se estrutura esse trabalho de pesquisa. Questionamos qual poderia ser a importância e os desafios para implementar os princípios democráticos na gestão escolar, em especial das escolas públicas. Temos como objetivo apreender os fundamentos, a importância e os desafios da gestão democrática de acordo com a literatura educacional brasileira.

Metodologicamente, utilizei a pesquisa bibliográfica como referência. Escolhi como biblioteca a plataforma digital Google Acadêmico, a finalidade foi encontrar artigos escritos sobre o tema tendo como palavras chaves a expressão: "Gestão Democrática and Escola Pública". A seleção dos artigos se deu pelos recortes de data, entre 2016 a 2022; pela relevância conforme seleção automática da plataforma digital e leitura de títulos e resumos.

Quanto à estrutura, o trabalho está dividido em quatro partes: a introdução, os fundamentos da Gestão Democrática, as concepções de gestão democrática na literatura educacional e as considerações finais. Na introdução, enfatiza o significado e a complexidade do termo "Gestão Democrática" e o que despertou o interesse pelo assunto.

Na segunda parte explicita-se o direito que a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/66 garantem à educação, destacando a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Entende-se que todas essas entidades precisam cooperar entre si para organizar os sistemas educacionais no Brasil. E ainda especifica, por exemplo, que as instituições de ensino são responsáveis pela elaboração e implementação de uma proposta pedagógica de acordo com padrões uniformes e seu sistema educacional.

Esclarece ainda que, para que se tenha uma escola democrática é necessário criar um movimento amplo em que a comunidade escolar participe constantemente, e que pais, alunos, professores, representantes, tenham direito de palavra, votem e tomem as decisões mais importantes. Dessa forma, seria possível a formação de cidadãos críticos, pessoas que não só tenham condições de um trabalho digno, mas tenham consciência das relações sociais em que se estabeleceram.

Na terceira parte expomos, os conceitos, importância e desafios da gestão democrática das escolas públicas, levando em consideração as informações coletadas na pesquisa bibliográfica realizada em 2023. E como considerações finais entendemos por meio da pesquisa realizada, que os gestores e a sociedade como um todo devem trabalhar juntos para buscar a

cada dia uma educação de melhor qualidade para as crianças buscando uma educação crítica e reflexiva. Assim, acredita-se que as crianças terão um futuro bem melhor e com a possibilidade de salários melhores e mais justos. As futuras gerações terão uma vida mais tranquila com mais oportunidades de acesso à cultura, teatro, música, e graças a essa união o movimento se fortalece, o que beneficia a educação.

2 OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O processo de redemocratização do ensino no Brasil começou com o fim da Ditadura Militar em 1985 e a intenção de acabar com um período autoritário. A Constituição da República Federativa do Brasil, que estabeleceu direitos e garantias fundamentais para todos, foi promulgada em 1988. A Constituição de 1988 aborda os direitos de educação no Brasil em um dos seus artigos, o que é fundamental para a continuidade deste trabalho.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996 garantiram a gestão democrática das escolas públicas no Brasil. Por exemplo, o artigo 201 da Constituição Federal de 1988 afirma:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- V- Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos da rede pública;
- IX- Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Já na LDB 9.394/1996 os propostos no art. 14 que corroboram os princípios democráticos, são:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
- II- Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes

Os sistemas educacionais devem estabelecer padrões para desenvolver a gestão democrática do ensino público na educação básica. Esses padrões incluem a participação das comunidades escolares e a participação dos profissionais educacionais no projeto pedagógico da escola. A gestão democrática na educação é crucial porque é um espaço para reflexão e iniciativa, bem como para o exercício da democracia.

Entende-se que a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/66 garantem a todos o direito à educação e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios são responsáveis por fornecer esse direito à população. A fim de alcançar esse objetivo, todas essas entidades devem colaborar entre si para que seja possível organizar os sistemas educacionais no Brasil.

No art. 12 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por exemplo, está definido que as instituições de ensino, conforme as normas comuns e as do seu sistema de ensino se responsabilizarão pela elaboração e execução da proposta pedagógica, administração do seu quadro de funcionários, materiais, e financeiro de forma adequada, garantir o calendário escolar de acordo com os dias letivos estipulados não menos que 200 dias letivos. (BRASIL, 2017, p.14). Entretanto, nos termos de Veiga (S/D),

É impossível que a existência da lei – por si só – democratize a gestão da escola, isto é, a lei é um importante instrumento para a democratização, mas isoladamente não direciona para a democracia e participação. Para tanto, é necessária a existência de políticas que viabilizem a participação e a democracia. É interessante considerar que os mecanismos legais visam garantir o espaço para processos de deliberação coletiva sobre a prática pedagógica da escola, como algo instituído. Se os mecanismos são decretados, a escola precisa ficar aberta para a construção do espaço de exercício da autonomia. (Veiga, s/a. p.02).

Nesse sentido, compreende-se que para a escola pública se efetivar como democrática é imprescindível a instauração de um movimento amplo com a participação ativa da comunidade escolar, em que todos – pais, alunos, trabalhadores da área da educação, representantes dos bairros – tenham o direito à voz, ao voto e às grandes decisões. Assim, seria

possível a formação de cidadãos críticos, pessoas que não só estarão aptos ao trabalho, mas conscientes das relações sociais que estão inseridos.

2.1 Algumas considerações sobre a Gestão democrática

Antes de avançar com a exposição específica sobre a Gestão Democrática parece importante pontuar que essa discussão é coerente com a defesa da educação pública compromissada com a formação humana. Entende-se, de acordo com Guimarães (2018), que a educação seja um processo social, histórico e desenvolvido pelo homem. Um processo pelo qual os humanos aprendem com suas ações e as transmitem a outras pessoas, permitindo que o conhecimento seja adquirido e aprimorado a partir do conhecimento das outras gerações, que também aprendem com eles. A autora enfatiza que, ao pensar no trabalho educacional, a formação humana deve ser colocada em primeiro lugar, valorizando a importância de produzir e reproduzir conhecimentos, culturas e ciência.

Nesse sentido, destaca-se que a compreensão de gestão democrática expressa nesse trabalho alinha-se à essência do trabalho pedagógico que visa desenvolver a humanização humana.

O professor e pesquisador Vitor Henrique Paro também é signatário da compreensão de que a gestão democrática deva se desenvolver nas escolas, que, por sua vez, devem ter como objetividade a formação humana. Entretanto, para o autor, apesar de muito importante, ainda há obstáculos para se efetivar na educação escolar pública. De acordo como Paro (2012), as principais dificuldades referem-se ao fato de Estado não valorizar a educação pública, abandonando cada vez mais o ensino e diminuindo os recursos investidos, gerando assim, salas de aulas lotadas, materiais didáticos sucateados e insatisfatórios, grande parte das escolas públicas estão danificadas e sem manutenção, baixa remuneração dos professores e de todos os

funcionários da escola. A somatória desses fatores tende a ser a diminuição da qualidade do ensino e desqualificação dos profissionais da educação.

Paro (2012), entende que a gestão democrática seja necessária nas escolas públicas e que o envolvimento da comunidade em geral, desde os auxiliares administrativos até os alunos e familiares, são fundamentais. Mas, reconhece que isso é um desafio, pois requer tempo, esforço para coletar, elaborar o PPP e considerar a opinião de todos. Contudo, apesar dos grandes desafios, Paro (2012) acredita que os benefícios da gestão democrática valem o esforço e o apresenta como necessidade histórica.

Nos termos de Paro (2007) a educação como formadora de cidadãos deve considerar a estrutura didática e administrativa de uma escola. Para o autor, a educação deve ajudar os alunos a desenvolverem personalidades humanas e ajudá-los a se apropriar da cultura em seu sentido amplo, incluindo valores, ciência e todas as formas de arte. Para isso, o educando precisa ser sujeito do processo educacional e ter interesse em aprender, principalmente durante a Educação Básica. Principalmente, em um contexto social e histórico em que o sistema não se mostra preocupado se ele e sua família estão satisfeitos com o serviço que receberam neste segmento. Paro (2007) enfatiza que o objetivo da democracia é educar indivíduos e cidadãos. Portanto, os meios escolhidos para alcançá-los não podem estar em conflito com essa meta. Uma escola em que as decisões e as responsabilidades estão a cargo de um coletivo, em vez de uma única pessoa, é mais interessante. Paro (2007) defende que haja um conselho composto por quatro coordenadores: administrativo, financeiro, educacional e comunitário.

Em escolas onde a democracia é exercida, a cooperação é feita de forma livre entre os envolvidos. Mas, para que isso ocorra é necessário que o diálogo seja facilitado, ao contrário de qualquer posição impositiva e autoritária. Para isso o autor defende uma gestão direcionada por um conselho diretivo, pois

Com esse conselho diretivo, provido de forma eletiva, atender-se-ia à necessidade de não deixar nas mãos apenas de uma pessoa a direção, que assim teria melhores

condições de negociação com os escalões superiores, sem a característica de bode expiatório que tem hoje o diretor sobre o qual recai a responsabilidade de todo o funcionamento da escola. (PARO, 2001, p. 84)

A autonomia dos alunos também é necessária para se atingir verdadeiramente a democracia escolar; no tradicionalismo, os alunos apenas recebem conhecimento e devem seguir as ordens da escola. A autonomia deve ser desenvolvida pelo sujeito em si mesmo, e isso inclui a maneira como o processo de ensino aprendizagem é conduzido. Para fugir do tradicionalismo, a organização da sala de aula deve levar em consideração as necessidades, interesses e participação dos alunos, tempo e espaço. A autonomia dos alunos, aumenta quando eles participam da tomada de decisões.

Quanto à avaliação dos alunos, Paro (2001), acredita que o exame é uma parte importante, mas não é o único método para avaliar o progresso do aluno. Atualmente, os exames oficiais que avaliam as escolas no Brasil, como o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) não mostram se os alunos possuem conhecimento histórico e crítico, bem como uma compreensão da cultura escolar. Para o autor, ainda continua sendo o professor, o melhor avaliador, não por fazer as provas, mas por acompanhar o aluno em todas as suas manifestações, observando seus avanços e dificuldades. Mas, para que isso aconteça, além de educadores altamente qualificados e treinados, as escolas precisam de uma equipe mais consistente, capaz de entender o desenvolvimento da criança ao longo do tempo.

Para Paro (2007),

A consideração da estrutura administrativa se justifica porque, para a educação do homem como ser histórico, em bases democráticas, é preciso levar em conta não apenas o que ele aprende e como ele aprende, mas também a medida em que o ambiente ou a instituição em que se dá esse aprendizado está contribuindo com a efetividade dessa educação. (Paro, 2007 p.83/84).

Nessa mesma direção, Paro (1997). salienta que a gestão democrática escolar pública deve levar em consideração a comunidade onde a escola está inserida, na teoria e na prática da

gestão democrática, pois “[...] se ela não incluir a comunidade, corre o risco de constitui apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária” (PARO, 1997, p. 23).

Conforme exposto acima, compreende-se que o trabalho com a gestão escolar democrática exige uma dinâmica que extrapole os muros da escola, pois é imprescindível o envolvimento da comunidade. Ao defender esse ponto de vista, Paro (1997) ressalta ainda que: “[...] a escola é dotada de um dinamismo que extrapola sua ordenação intencional, oficialmente instituída”, esse dinamismo é além de documentos que regulamentam a escola, por estar a escola ligada como parte integrante”.

Exposto as características principais da gestão democrática destaca-se nas próximas páginas, tendo em vista os estudos da professora e pesquisadora Ilma dos Passos Alencastro Veiga, alguns elementos essenciais para a efetivação desse modelo de gestão nas escolas, com destaque para o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Conselho Escolar e o Conselho de Classe.

Para Veiga (S/D), o PPP (Projeto Político-Pedagógico) deve ter a participação de todos da comunidade escolar para que seja desenvolvido. Havendo metas claras e alcançáveis, bem como construção coletiva. Portanto, um projeto político pedagógico deve ser viável e aceito pelo grupo para ser uma perspectiva propositiva (alunos, professores, funcionários, pais e representantes da comunidade); deve ser participativo e democrático. (VEIGA, s/ano).

O PPP é compreendido como uma ferramenta essencial para construir uma educação de qualidade e que atenda aos interesses e necessidades das partes interessadas. No entanto, para que isso aconteça, este documento deve ser projetado com foco nas necessidades educacionais dos alunos daquela comunidade. Isso é feito para permitir que a comunidade participe ativamente da criação do documento, tornando-o uma proposta crítica e democrática.

Para Veiga (s.d. p. 2) A participação dos professores e especialistas no projeto pedagógico das escolas e a cooperação, são exemplos utópicos da gestão democrática nas instituições públicas.

De acordo com esse ponto de vista, o fortalecimento da função social da escola pode ser alcançado por meio de decisões tomadas pelo diretor e colaboração entre todas as partes da escola, bem como com a comunidade.

Em relação ao (PPP) Projeto Político-Pedagógico, a autora enfatiza que é um documento orientador que define os princípios, objetivos, metas e ações que irão guiar a prática educacional de uma escola. É preciso refletir as opiniões e valores educacionais da comunidade escolar que será direcionada. A comunidade escolar deve estar envolvida nessa discussão.

Sobre o Conselho Escolar, Veiga fala em sua obra, que é um grupo de pessoas que fazem parte da comunidade escolar, como pais, alunos, funcionários, gestores e professores. O objetivo desta comissão é promover a participação democrática e a democracia na gestão da escola, ajudar na tomada de decisões coletivas por ser fundamental para monitorar o que os membros da instituição fazem. Assim, é evidente que o Conselho Escolar desempenha um papel crucial na formulação de diretrizes, monitoramento das atividades e avaliação das políticas educacionais.

O conselho escolar, também faz parte do planejamento político pedagógico, e o conselho escolar tem como objetivo debates e discussões. “O trabalho do conselho escolar implica o compartilhamento do processo de tomada de decisão e o engajamento participativo de todos os que estão comprometidos com as finalidades da escola” Veiga (2009, p. 7). Os participantes do conselho escolar são os professores, alunos, funcionários, pais e a comunidade no geral.

No que se refere ao Conselho de Classe, Veiga (2009) enfatiza que é um grupo de educadores que trabalham juntos para promover a discussão e a avaliação. Esses conselhos são

compostos por professores, coordenadores pedagógicos, supervisores educacionais e orientadores educacionais, entre outros, para atender às necessidades de cada aluno e garantir que todos sejam incluídos no processo de aprendizagem.

O objetivo desta comissão é analisar o desempenho escolar, identificar problemas que os alunos enfrentam, criar soluções a fim de incentivar o desenvolvimento de atividades pedagógicas que visem aumentar o sucesso dos alunos. Ao considerar isso, fica claro que o Conselho de Classe pode ajudar a criar práticas educacionais que atendam melhor às necessidades de cada aluno e promovam a inclusão dos alunos no processo da aprendizagem. Nos termos da autora, “O conselho de classe é também um espaço interdisciplinar, uma vez que aglutina professores de diversos componentes curriculares, assumindo o caráter deliberativo quando se refere ao processo didático” (VEIGA, 2009, p. 11).

Por fim, compreende-se que a educação escolar é um dos principais alicerces da sociedade. É um processo importante para o desenvolvimento e crescimento do ser humano. Nesse contexto, a gestão democrática é importante como processo de qualificação do ensino. Os gestores e a sociedade como um todo precisam trabalhar com foco em uma educação de melhor qualidade para as crianças, uma educação mais crítica e reflexiva.

Acredita-se que através de uma educação de qualidade, crianças poderão ter um futuro melhor. As futuras gerações terão uma vida mais tranquila com mais oportunidades de acesso à cultura, teatro, música, e essa união tende a fortalecer o movimento educacional democrático. Acredita-se que a gestão democrática no sistema público de ensino cria oportunidades para que todos possam ter uma participação ativa na definição de políticas educacionais, na própria gestão da escola e na tomada de decisões que afetam diretamente a vida do estudante.

Para a construção de uma escola democrática deve ser criado um movimento amplo, no qual a comunidade escolar participe e que os pais, alunos, professores, representantes tenham o direito de falar, votar e tomar decisões importantes. Desta forma, será formado cidadãos

críticos, conscientes das relações sociais em que estão inseridas. Para isso, o maior desafio, a meu ver, tem sido fazer com que as famílias participem mais do cotidiano escolar. Além disso, destaca-se a desvalorização dos educadores que não têm tido oportunidades de crescimento profissional.

Feita essa análise inicial sobre os fundamentos e características da gestão democrática na educação escolar pública, esse trabalho seguirá com a exposição dos resultados de uma pesquisa bibliográfica que objetivou captar a importância e os desafios da gestão democrática na literatura educacional brasileira.

3 AS CONCEPÇÕES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA LITERATURA EDUCACIONAL

Nessa etapa do trabalho será exposto as concepções, importância e Desafios para a gestão democrática em escolas públicas, considerando os dados coletados em uma pesquisa bibliográfica realizada no ano de 2023.

3.1 Os caminhos da Pesquisa

Neste trabalho foi realizado um estudo bibliográfico que tem por objetivo apreender a importância e os desafios de uma gestão democrática em escolas públicas. A pesquisa ocorreu na plataforma do Google acadêmico.

O Google Acadêmico é uma ferramenta desenvolvida pela equipe do Google que possibilita aos pesquisadores encontrarem uma vasta quantidade de artigos, teses, dissertações e outras publicações altamente relevantes. O uso dessa ferramenta apresenta muitas vantagens, seja no contexto de realizar pesquisas eficientes ou no intuito de promover a notoriedade de seu nome no meio acadêmico.

O mecanismo de busca acadêmico, assim como o Google "comum", é um mecanismo de busca baseado no vasto banco de dados de links da Internet. Quando você pesquisa um termo ou palavra-chave, o mecanismo de pesquisa lista os artigos científicos, livros e artigos científicos mais relevantes que cobrem o tópico de pesquisa, tornando mais fácil a investigação abrangente na literatura acadêmica, possibilitando realizar buscas em uma grande diversidade de disciplinas e fontes, incluindo artigos.

O Google Acadêmico é grátis, tal como a maioria das suas ferramentas, sendo possível ter acesso a um amplo leque de informações em várias línguas e em diferentes áreas de conhecimento sem qualquer custo, além disso, os pesquisadores têm a opção de utilizar o serviço gratuitamente para fazer upload dos seus próprios dados.

Utilizou-se como palavra-chave da pesquisa: Gestão Democrática and Escola Pública. A busca inicial alcançou aproximadamente 18.600 trabalhos. Ao refinar por recorte de data, entre o ano de 2016 e 2022, a busca chegou a 15.200 trabalhos. Quando refinado por tipo de trabalho, artigos acadêmicos, chegou-se a 261 trabalhos. Em seguida, como a seleção usou o princípio de relevância, já posto como opção no sistema, como critério de classificação dos trabalhos selecionados, optou-se por analisar os (20) vinte primeiros textos.

Quadro 1: Os vinte trabalhos apontados pelo Google Acadêmico como mais relevantes

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES	ACESSO DIGITAL
Gestão democrática: a busca pela implantação na escola pública	Marangoni, Ricardo Alexandre	https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/237507/29662
Gestão democrática: uma breve revisão de literatura (2010-2019)	Felix, Carlos Marcelo Cavaleiro; Schefer, Maria Cristina	https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2113/2625
Gestão democrática na escola: uma construção coletiva	Souza, Jacira Marques Reis	https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5061813/mod_resource/content/1/PDF%20-%20Jacira%20Marques%20Reis%20de%20Souza.pdf
Gestão Democrática na Escola Pública Contemporânea	Carvalho, Tereza Priscila Silva Oliveira; Costa, Lilianny Souza; Alexandre, Lucimara Araújo Campos.	https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/800/1148
Barreiras de uma gestão democrática: dificuldades encontradas para que a democracia se consolide na gestão	Kaufmann, Carine	https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/4524/pdf_25
Gestão democrática: limites e desafios	Zuffo, Simone Sonise; Trombetta, Derlan	https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1511/1/ZUFFO.pdf
Gestão escolar: o papel do diretor na perspectiva de uma gestão participativa	Oliveira, Edson Coelho	https://antigo.monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3108/3/Gest%c3%a3oEscolaPapeldiretorPerspectivaGest%c3%a3oParticipativa.pdf
A gestão democrática no Brasil e o papel do gestor nas escolas	Gonçalves, Ana Caroline Santos	https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/anuario/article/view/272
Processo Histórico e Político da Gestão Democrática Escolar no Brasil	Silva, Rosilania Macedo	https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/3035/2141

Gestão democrática no ambiente escolar	Silva, Ivanete Pedrosa; Piccoli, Ivonete Ramalho; Teixeira, Liamara Da Silva	https://revistas.cesmac.edu.br/administracao/article/view/1143/889
Gestão democrática na escola e o papel do gestor escolar	Silveira, Robson Bernardo; Coelho, Tatiana Costa	https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/caderno/article/view/526/407
Avanços e Desafios da Gestão da Escola Pública no Paraná: um Estado da Arte	Bortolini, Rosane; Ferreira, Jacques Lima	https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/58034/751375155973
Relação entre Gestão Democrática e Conselhos Escolares: Percepções de Diretores Escolares	Lima, Maria de Fátima Magalhães	https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA9_ID977_21052018102520.pdf
A gestão democrática no contexto da legislação brasileira: lutas e embates para a democratização do ensino público.	Pires, Pierre André Garcia; Gonçalves, Rafael Marques	https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/36395/20370
Gestão Democrática na Escola Pública e Cidadania	Holanda, Francisco Carlos Bandeira; Filho, José Teles	http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol5-1-2012/artigo7.pdf
Gestão Democrática: Nexos no Contexto da Escola Pública Brasileira	Lima, Paulo Gomes; Alca, Cristiane Teruya de Melo	https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/3713/4059
Gestão Escolar Democrática: É Possível?	Fontana, Andréia Regina	https://www.getulio.ideal.com.br/wp-content/files_mf/82ade258599593b82d6615487df08fc0147_1.pdf
Gestão Democrática na Escola: em Busca da Participação e da Liderança	Cária, Neide Pena; Andrade, Nelson Lambert	http://educa.fcc.org.br/pdf/ree/v10n3/1982-7199-ree-10-03-00009.pdf
Gestão Democrática: Uma Discussão Necessária	Miranda, Maria Eliane M.	https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0358.pdf
Revisão De Literatura: Gestão Escolar Democrática Para A Educação Brasileira	Nascimento, Marina Guimarães; Silva, Hilda Maria Gonçalves	https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA121_ID9166_29102021154239.pdf

Pesquisa feita no Google Acadêmico. Organizado por Duarte, Rosária Luciane França.

Em seguida, observou-se que entre os trabalhos selecionados havia alguns que não eram artigos, apesar de classificados pelo sistema. Com isso, refinou-se novamente, chegando a cinquenta artigos entre os vinte trabalhos selecionados.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, o passo seguinte foi analisar os trabalhos a partir dos seus títulos, resumos e sumários. Nessa análise chegou-se a (06) seis artigos acadêmicos que foram analisados a partir de estudos orientados para se apreender como a literatura educacional brasileira tem explicitado a importância e os desafios da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

Quadro 2: Artigos Selecionados para a pesquisa

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES	ACESSO DIGITAL
Gestão Escolar Democrática: Desafios e Perspectivas	Fernandes, Sergio Brasil; Pereira, Sueli Menezes	https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9566/pdf
Gestão Escolar Democrática e Participativa na Escola: Entre Desafios e Possibilidades	Sarmiento, Mayrla Marla Lima; Alves, José Amiraldo Alves da Silva	https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/93/72
Análise da gestão democrática no campo da escola pública brasileira	Ribeiro, Alessandra Daielle de Ávila Silva; Costa, Danielle Mabel Ramalho; Barros, Edna Maria Rodrigues Moura; Siva, João Luiz Duarte; Sousa, Marcelle Brito Lins; Ataliba, Patrick Muniz; Souza, Solange Maria Batista.	https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1166/995
Gestão escolar e Democratização da Escola: Desafios e Possibilidades de uma Construção Coletiva	Bernardo, Elisangela da Silva; Borde, Amanda Moreira; Cerqueira, Leonardo Meirelles	https://www.redalyc.org/journal/6377/637766279004/637766279004.pdf
Gestão Escolar Democrática: Desafios e Perspectivas	Boschetti, Vania Regina	https://www.redalyc.org/pdf/4718/471847063010.pdf

Gestão escolar democrática: desafios e perspectivas	Facó, Lucileide Germano Bezerra; Braga, Tânia Noemia Rodrigues; Castro, Francisca Moreira; Lima, Maria do Socorro Nogueira Oliveira Filha; Rodrigues, Glaydes Maria de Sousa; Silva, Glaydes Maria de Sousa; Menezes, Michéle dos Santos; Uchoa, Sarah Cristina Cidrão	https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22940/18415
---	--	---

Pesquisa feita no Google Acadêmico. Organizado por Duarte, Rosária Luciane França.

Após os estudos sistematizados desses trabalhos chegou-se as sínteses abaixo sobre a Gestão democrática, bem como sua importância e desafios.

3.2 As concepções de Gestão Democrática

Os estudos de Bernardo, Borde e Cerqueira (2018) indicam que os princípios de Gestão Democrática estão relacionados ao movimento de redemocratização do Brasil, a partir dos anos de 1980. Para os autores, a aprovação da Constituição Federal de 1988 foi impulsionada pela redemocratização do Brasil e algumas questões que antes não eram consideradas, como a gestão democrática das escolas, tornaram-se pauta no país. Nesse contexto, a qualidade da educação foi uma das reivindicações que fomentaram diversos programas dos governos que se sucederam.

Na compreensão de Facó, *et al* (2021) a gestão democrática é o modelo que transforma a educação e desenvolve os alunos em suas habilidades cognitivas e sociais. Segundo os autores, o Brasil é uma república com um governo democrático, o que significa que os cidadãos são livres para escolher os seus líderes, mas a democracia também deve incluir a liberdade de expressão e a participação ativa na tomada de decisões. A maioria das pessoas no Brasil, incluindo professores e outros membros da comunidade escolar, precisa se atentar mais sobre a democracia. Nas palavras dos autores,

A república pode optar por vários modelos de governos, como por exemplo, com base no militarismo, na religiosidade, na autoridade de pensamento, e também na democracia. O último, atualmente, é visto pelos estudiosos, filósofos, como a melhor forma de governar um País, consequentemente, para que esse pensamento comece adentrar na cabeça dos brasileiros, faz-se necessário que as escolas busquem gestores que implementem um trabalho de democracia dentro do ambiente escolar, pois, é educando na democracia para a democracia ser de fato uma realidade que possibilite

Acreditam os autores que uma gestão democrática poderá formar cidadãos que participem das decisões políticas não apenas votando, mas também usando sua liberdade de expressão para expressar suas opiniões sobre como melhorar o país.

Em termos gerais, os estudos indicaram que a gestão democrática deve-se estruturar por meio da participação efetiva da comunidade escolar, interna e externa, nas tomadas de decisões institucionais.

De acordo com Fernandes e Pereira (2016), a Gestão Democrática se descreve pela tomada de decisões escolares, vinculado à organização e direção, com a participação da comunidade escolar (Aluno e pais), em busca de uma melhoria contínua na qualidade do ensino e que suas metas, objetivos sejam atingidos. A Gestão Democrática está ligada ao processo para atingir o planejado, exigindo a aprendizagem de todo o grupo.

Para Fernandes e Pereira (2016), a comunidade escolar deve definir regras, com o intuito de que a participação de todos aconteça de forma autônoma e que realmente exista uma gestão escolar democrática. Assim evitando que as metas estabelecidas sejam realizadas de maneira individual e/ou fique a cargo da gestão administrativa e não conseguindo envolver o apoio da maioria. Fernandes e Pereira (2016) corroboram Paro (2010b), quando afirma que “[...] conferir autonomia às escolas deve consistir em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados com a camada trabalhadora. E isso não acontecerá jamais por concessões espontâneas dos grupos no poder.” (FERNANDES E PEREIRA, 2016, p.457 Apud PARO, 2010b, p.11).”

Já Sarmiento e Alves (2016), enfatizam que as parcerias internas na escola precisam se efetivar como parcerias com a comunidade escolar em geral. Nos termos dos autores.

O intuito é que toda a prática seja consolidada através de ações embasadas na parceria dos sujeitos no interior da escola, bem como da instituição escolar com a família e a comunidade como um todo, visando realizar princípios e missão adotados pela escola, dentro de uma atuação de prudência. (SARMENTO E ALVES, 2016, p.4)

De acordo com os autores, deve-se ter clareza sobre os objetivos escolares para construção de um trabalho coletivo e de cunho democrático e a gestão democrática deva ser apreendida como uma necessidade e que para existir deve haver diálogo entre funcionários,

professores, gestores, alunos e familiares. (SARMENTO E ALVES, 2016, p.5).

Nesses termos, apesar de não sistematizar os conceitos da gestão democrática, Sarmento e Alves (2016), a percebe como uma necessidade para a plena organização pedagógica das instituições escolares, considerando que a autonomia das escolas e a participação da comunidade interna e externa são fundamentais para sua consolidação. Os autores defendem que os objetivos de construção do trabalho coletivo e democrático nas escolas devem ser claros, que a gestão democrática deve ser encarada como uma necessidade para que se tenha um ensino de qualidade.

Nos termos de RIBEIRO,et al, (2023), a gestão democrática para a escola pública é uma forma de inovar e dar novas perspectivas de vida para a sociedade em geral, gerando conhecimento para que todos colaborem com as políticas educacionais, na gestão de sua escola, e na tomada de decisões que afetam o aprendizado do aluno. O primeiro objetivo é garantir o envolvimento de todos em um determinado projeto quanto aos processos de tomada de decisão que promovem deliberações de forma transparente e colaborativa. E que reconhece que cada um tem uma concepção inigualável, e a participação de todos é para que se tenha um resultado favorável. Assim, a gestão participativa descentraliza o poder e permite que os participantes do processo tenham voz e voto nas decisões que os afetam. Com isso, poderá existir a possibilidade de estabelecer um ambiente escolar que transforme e desenvolva habilidades para a vida profissional dos estudantes, como resultado, a participação de todos é necessária para que a gestão democrática, uma conquista legal, seja implementada e desenvolva cidadãos mais críticos, engajados e envolvidos na sociedade.

RIBEIRO,et al, (2023) concordam com Luck (2009, p.23) quando afirma que:

Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos. (Luck (2009, p.23).

Compreende-se, portanto, que a gestão democrática, veio para possibilitar novos horizontes para a vida dos estudantes e da comunidade em geral.

Por fim, Boschetti, Mota, Abreu, (2016), apreendem que a função da gestão escolar é descentralizar os movimentos administrativos e doutrinar o sistema educativo. Com as

mudanças na implementação de processos de gestão participativa nas escolas públicas, não há dúvida de que o resultado será uma maior independência.

Para os autores, o principal objetivo da gestão escolar é distribuir o desenvolvimento pedagógico e administrativo em todo o sistema de ensino. O resultado dessa gestão é uma escola mais independente e um maior envolvimento e compromisso de todos os envolvidos nessa construção democrática. Para isso, torna-se necessário, dentre eles a participação, relacionamentos interpessoais, desempenho e avaliação pessoal.

Compreende-se que o foco central da administração escolar é assegurar a efetiva disseminação de práticas pedagógicas e administrativas em toda a rede de ensino. O êxito alcançado por meio dessa gestão resulta em instituições de ensino mais autônomas, bem como numa participação mais acentuada e um comprometimento ampliado por parte de todos os envolvidos nesse processo democrático. Por isso, torna-se imprescindível, a participação ativa, o estabelecimento de relacionamentos interpessoais saudáveis, o desempenho adequado e a devida avaliação individual.

3.3 A importância da gestão democrática

De acordo com Fernandes e Pereira (2016), a Legislação brasileira (CF/88; LDBEN/96) apoia e certifica que a gestão democrática das escolas públicas como modelo de gestão a se desenvolver. Mas isto por si só não é suficiente. A vontade política e a ação dos administradores escolares, professores, funcionários, pais e alunos – em suma, escolas e comunidades locais – são cruciais.

Além disso, como comunidade, precisa ajudar os gestores escolares participando de reuniões e tomando decisões na escola. Dessa forma, pode-se trabalhar juntos para melhorar a educação. A gestão é essencial no ambiente escolar porque garante que tudo funcione bem e prepara os alunos para serem pessoas melhores, observadoras e críticas.

Contudo, Fernandes e Pereira (2016) explicitam a importância da gestão no ambiente escolar para que a escola possa cumprir seus papéis sociais e educacionais junto à comunidade escolar e como meio de promover a participação e a formação da cidadania garantindo uma educação de alta qualidade e construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Sarmiento e Alves (2016) é importante considerar a possibilidade de um maior envolvimento da comunidade escolar, dos profissionais e de diferentes partes da escola no processo de tomada de decisão. Porém, a consolidação das lutas em defesa da participação de um maior número de pessoas nos processos decisórios que se faziam presentes no país em relação à educação, deu-se apenas a partir do ano de 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n. 9394/96.

Percebe-se a necessidade de se considerar a escola enquanto espaço coletivo e que, por isso, deve ter seus processos decisórios perpassados por toda a coletividade, pois a própria identidade da escola se constitui a partir do trabalho dos diferentes profissionais da instituição em meio aos processos de se pensar e elaborar uma proposta de ensino condizente com a realidade dos diferentes espaços, ao ponto que se faz necessário atentar para o fato de que grande parte da qualidade desse trabalho, depende das características de flexibilidade e autonomia presentes em tais processos decisórios (VASCONCELOS, 2013, Apud SARMENTO E ALVES, 2016, p.5).

Sarmiento e Alves (2016), defendem que a educação é um dos principais alicerces da sociedade e é necessária para o desenvolvimento e crescimento do ser humano. Na sociedade estão os cidadãos que serão formados e inseridos na sociedade atual. Para isso são necessárias algumas atividades, processos administrativos e acadêmicos para valorizar, elaborar, buscar e priorizar a qualidade do ensino.

A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n. 9394/96, abriu caminho para um maior envolvimento da comunidade nos processos decisórios educacionais do país. Isso resultou em uma participação mais ativa da comunidade nas decisões tomadas sobre as propostas educacionais das instituições de ensino.

Conforme RIBEIRO, et al, (2023), a gestão democrática no sistema público de ensino cria oportunidades para que todos possam ter uma participação ativa na definição de políticas

educacionais, na própria gestão da escola e na tomada de decisões que afetam diretamente a vida do estudante.

Neste sentido, a gestão democrática é necessária para melhor gerir as decisões relativas à educação de qualidade. No entanto, não é bom para a escola, atribuir a responsabilidade da gestão escolar e a tomada de decisões apenas aos administradores, pois é uma responsabilidade de todos e para que isso aconteça a comunidade precisa se conscientizar da importância da sua colaboração e passar a participar das reuniões em busca de melhorar a qualidade do ensino diariamente.

Segundo Bernardo, Borde e Cerqueira (2018), a direção escolar reconhece o valor da colegialidade e da gestão participativa, que são discutidas em toda a escola. Esses representantes estão comprometidos a construir uma escola de alta qualidade com um objetivo comum para todos os departamentos. Neste sentido, as escolas são únicas e requerem o envolvimento de todos na escola e na comunidade local para planejá-las.

A gestão democrática por meio da escolha dos diretores ocorre desde a década de 1980 quando se inscreveu “no imaginário dessas parcelas da população a escolha democrática de diretores escolares como um valor positivo e como um direito a ser reivindicado” (PARO, 1996, p. 378 *apud* BERNARDO, BORDE E CERQUEIRA 2018, p.41).

Conforme Bernardo, Borde e Cerqueira (2018) é preciso atenção ao ouvir as opiniões de cada conselheiro. A perspectiva dos pais é importante para a aprendizagem das crianças. Através de instituições educativas que proporcionam bons ambientes e condições, os professores observam a escola a partir da perspectiva de condições adequadas de trabalho, para proporcionar aos alunos oportunidades de aprendizagem. Condições, os funcionários também ensinam e educam e contribuem muito para o sucesso da escola, os alunos são os usuários da escola pública e são o propósito de todos lá.

Entende-se com a leitura de BERNARDO, BORDE e CERQUEIRA, (2018), que a importância da Gestão Democrática pode ser entendida como condição construtora da qualidade educacional. Isso acontece quando a escola constrói conexões com a comunidade, dando sentido às propostas de ensino de diferentes indivíduos envolvidos em uma mesma tarefa. Sabemos que uma

educação de qualidade é resultado de um conjunto dos fatores que compõem a gestão de uma escola, os alunos da escola. Aprendizagem como um todo, incluindo a forma como a escola está organizada, para garantir uma educação de alta qualidade e preparar os alunos para viver na sociedade como cidadão consciente de seu papel no trabalho, na política e na cultura. Mas para que se consiga um bom resultado é indispensável a união dos gestores, professores, funcionários, pais e alunos, enfim, das comunidades escolares.

Para Boschetti, Mota, Abreu, Lúcido (2016) é muito importante que na Gestão se tenha organização planejamento/projeto e qualificação, assim o gestor principal da instituição lidera o processo de gestão compartilhada por meio do envolvimento das famílias, estados, sociedades e comunidades no planejamento e avaliando as atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

Ainda segundo os autores, Boschetti, Mota, Abreu, Lúcido (2016), a gestão escolar é um dos principais fundamentos para a direção da educação escolar. Devido à colonização, que preteriu a educação a um segundo plano, as mudanças na educação no Brasil foram muito mais complexas. O sistema educacional continuou centralizado e assim tornando a minoria socialmente com acesso, o que contrasta com a descentralização educativa, que incentiva a autogestão institucional. Como resultado, este fato certamente dificultou o acesso à educação para a maioria das pessoas.

Para os autores, Boschetti, Mota, Abreu, Lúcido (2016), por um longo período, os educadores exigiram a autonomia da escola em termos de currículo, pedagogia e administração. Essas preocupações ganharam força a partir da década de 1980 com o objetivo de reduzir os problemas de ordem educativa como evasão escolar, repetência, abandono da escola em relação aos aspectos administrativos. No entanto, todos esses elementos estão ligados ao objetivo.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal do Brasil, art. 205, 1988).

Assim, a escola pública deve partir de um princípio democrático, permitindo que o representante, ou gestor, construa suas ações de forma democrática e coletiva.

Ademais, a gestão escolar se configura em uma liderança democrática, porém de ressonância dialética junto a um grupo unificado, a partir dos conflitos existentes na realidade e que possam ser reconstruídos em perspectiva dialógica na busca do bem comum (Boschetti, Mota, Abreu, Lúcido. 2016 apud Luck, 1981).

Isso se deve ao fato de que a gestão democrática requer que a educação seja administrada de forma democrática. Enfatizando suas contribuições legais de acordo com seus princípios norteadores. E assim ter uma gestão escolar mais independente, envolvida, e com maior desempenho na gestão da escola.

3.4 Os desafios para a Gestão Democrática em escolas públicas

Construir uma gestão democrática exige, então, autonomia para garantir cidadania. Desse modo, desenvolvem-se as capacidades de expressar-se, de opinar, de debater, de decidir. Nesse aspecto, é valiosa a contribuição de Freire (2013, p. 104): “É decidindo que se aprende a decidir.” (Fernandes e Pereira, 2016.p.457).

Para Fernandes e Pereira (2016), não é uma tarefa fácil mudar a gestão da escola para democracia; a comunidade escolar precisa participar rapidamente. Transformar ideias em ação requer comprometimento, motivação, coesão e força de vontade. Finalmente, conseguir engajamento requer melhoria e preparação constantes. Os assuntos escolares devem ser tratados de forma transparente, aberta e pública.

Entende-se que é difícil obter a colaboração da comunidade, mas é preciso agir, ter força de vontade, compromisso com a educação para que pensamentos se tornem em ação, e possamos ver o resultado acontecer em prol da melhoria na qualidade do ensino escolar.

No entanto, apenas isso não é suficiente. Os gestores escolares, professores, funcionários, pais, alunos e, finalmente, as comunidades escolares locais precisam agir e demonstrar disposição política, para que possamos dar um futuro melhor para a população de estudantes.

Para Sarmento e Alves (2016), torna-se mais difícil cumprir as tarefas programadas no cotidiano escolar. Essas dificuldades incluem uma variedade de problemas, incluindo a ausência de comunicação entre os indivíduos que trabalham no ambiente escolar, a ausência de engajamento em iniciativas que orientam a prática docente e a falta de comunicação entre os membros da equipe escolar. Como acrescenta paro (1990)

[...] a gestão democrática da educação requer mais do que mudanças simples, precisa de uma mudança de paradigmas que sustentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão distinta da que é praticada nos dias de hoje em muitas instituições. Ela necessita estar além dos padrões vigentes, que são desenvolvidos pelas organizações burocratizadas (p.7).

Compreende-se que pode existir um grande impasse em implementar propostas nas escolas públicas, por poder haver falta de diálogo entre as próprias pessoas que trabalham no ambiente escolar, a não interação entre os membros da equipe e falta de responsabilidade com as ações propostas tende a dificultar a realização de algumas atividades programadas no ambiente escolar.

A gestão democrática é tarefa de todos e deve partir da escola, da família, do governo e da sociedade, e para conseguir isso de forma harmoniosa, é importante que a gestão escola interaja com a comunidade, que os interesses sejam canalizados e façam parte do planejamento e das diretrizes envolvidas no processo de tomada de decisão. Através dessa integração, ambas as partes podem exigir melhorias contínuas e monitoramento de fato das ações realizadas pela escola.

Para RIBEIRO,et al, (p.12237, 2023), a democracia não é um conceito perfeito e enfrenta frequentemente desafios, crises e ameaças que podem minar a sua estabilidade e eficácia. O acesso restrito à informação e a propagação de conteúdos falsos estão entre as maiores ameaças à participação consciente e crítica do público, pois dificultam a compreensão dos processos de tomada de decisão e impactam negativamente a transparência das políticas públicas.

Ainda segundo os autores, (RIBEIRO, et al, p. 12237, 2023) o que se tem notado é que a manipulação e a deturpação da informação está cada dia maior, principalmente durante períodos de contradição política e acesso indevido nas redes sociais o que acaba prejudicando e distorcendo os fatos, diminuindo a legitimidade da democracia e criando um ambiente favorável às violações e abusos de direitos. Esses ocorridos são preocupantes porque tem um efeito direto na qualidade da democracia e acaba impedindo que os cidadãos participem dos projetos escolares.

Contudo, se compreende que fica cada dia mais difícil trazer as famílias para participarem mais do cotidiano escolar, por exemplo; muitos não participam das reuniões, das atividades da escola, por falta de informação ou até mesmo informações não verídicas, tornando esse fato prejudicial ao cotidiano da vida escolar, criando barreiras para que a melhoria aconteça, e dificultando os projetos e ações planejadas, porém é preciso se trabalhar mais com a comunidade escolar em prol dessa melhoria, isso acarreta prejuízos para a gestão democrática.

Os autores Bernardo, Borde e Cerqueira (2018) consideram que o maior desafio é estabelecer políticas de governo que possam cumprir todas as disposições da (LDB) nº 9.394/96, que ainda não foram implementadas, pois os princípios mencionados ainda precisam ser aplicados nas escolas. Um processo democrático nas instituições educacionais não pode ser garantido apenas pelas leis publicadas em diário oficial. Devido ao fato de que a democracia é um sistema tão fundamental, será necessário exigir o seu cumprimento.

A gestão escolar e a democratização da escola são princípios que devem ser seguidos e implementados pelos funcionários, alunos da rede pública e a comunidade local.

Compreende com a leitura de BERNARDO, BORDE e CERQUEIRA, (2018) que a Gestão Democrática nas escolas públicas tem sido dificultada pela interferência de órgãos superiores, ausência dos pais, para ajudar na fiscalização das instituições de ensino, acredito

que falta também uma maior participação da população em geral e que de certa forma agrega nessa luta diária que é a Educação.

São evidentes os problemas pelos quais passa a educação brasileira, são inúmeras as políticas públicas que segundo nossos governantes têm a intenção de melhorar o sistema de ensino, mas a escola não é responsável pelos problemas sociais que aparecem nitidamente em nossas salas de aula. Estes problemas só poderão ser superados quando houver solução quanto à renda, saúde, habitação, emprego, saneamento e muitas outras políticas públicas voltadas para as necessidades dos alunos das camadas populares.

De acordo com os autores Boschetti, Mota, Abreu (2016) o principal desafio da escola pública é garantir um elevado nível de qualidade para todos, respeitando a diversidade étnica, social e cultural, por conseguinte, o desafio educativo continua a ser o de educar e ser educado ao mesmo tempo. Professores, pais e alunos num sistema em que as escolas e as salas de aula são o foco fundamental da educação.

Para os autores, Boschetti, Mota, Abreu (2016) a compreensão da evolução histórica da educação não é a única tarefa que os educadores enfrentam atualmente. Eles também precisam adquirir conhecimentos e habilidades para analisar os problemas sociais e agir como agentes de transformação. Assim, a sala de aula se transforma em um local interativo para discussões e trocas com o objetivo de evitar uma formação inconsistente. Tanto o professor quanto os alunos adotarão atitudes e desempenhos diferenciados na construção e na incessante busca pelo conhecimento.

Entende-se que a gestão compartilhada das escolas é essencial para a democratização da instituição escolar. O dia a dia requer trabalho em equipe, e todos os alunos devem ter a oportunidade de participar ativamente e ser ouvidos. Assim, é essencial que a equipe gestora seja guiada por um objetivo compartilhado. Além disso, é essencial valorizar os educadores. É necessário oferecer oportunidades de crescimento profissional para todos, por meio de

formação e oportunidades de troca de conhecimento por meio de projetos e métodos inovadores que facilitem a educação.

De acordo com os autores (FACÓ, *et al*, 2021), ao trabalhar sob a perspectiva da democracia na educação, é necessário entender que as escolas são instituições de ensino para a transformação. Ainda de acordo com os autores, o professor deve se posicionar e tentar fazer com que os alunos se comportem como os sujeitos da história, como pessoas que têm o poder de mudar suas vidas. As salas de aula devem ser locais onde haja interação social e cultural suficiente, haja uma discussão ponderada e crítica que promova a educação e práticas educativas que valorizem a aprendizagem e melhorem o seu crescimento para a vida.

Esta mudança na mentalidade dos membros que fazem a comunidade escola não deve acontecer para que os alunos procurem a escola e consigam nela permanecer como aconteceu por volta da década de 1980, mas, sobretudo, pela melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, ou seja, a gestão escolar democrática deve ser pensada como um modelo de gestão que educa através de construção de conhecimentos com objetivo de transformar a vida dos alunos, pois, as aulas devem ser pautadas e planejadas, considerando o desenvolvimento da cidadania, acarretando, uma nova relação em um tripé (aluno, sociedade e conhecimento).(FACÓ, *et al*, 2021).

Entende-se que a melhoria da gestão democrática da educação é essencial para a qualidade da educação brasileira e para o desenvolvimento da cidadania dos alunos. Isso significa que é necessário criar políticas públicas educacionais e meios que permitam que as instituições implementem técnicas e procedimentos centrados nos alunos e que promovam seu desenvolvimento intelectual, cognitivo, crítico e social, para que os alunos saibam que fazem parte da sociedade e têm o direito de trabalhar, de tomar decisões políticas e de respeitar a sua cultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os estudos realizados neste trabalho foi possível apreender que gestores, professores, alunos e a sociedade como um todo precisam trabalhar juntos para buscar cada dia mais uma educação de qualidade para as crianças, em busca de uma educação crítica e reflexiva. Assim as crianças terão um futuro promissor e brilhante. Nosso país será melhor, com salários dignos, as nossas gerações futuras viverão uma vida mais tranquila e terão mais oportunidades de exposição à cultura, ao teatro, à música e, através desta aliança, o movimento ganhará maior força, o que trará benefícios para a educação escolar.

As equipes escolares precisam dialogar mais e compartilhar suas experiências diárias, com o intuito de prevenir algumas falhas que podem ocorrer nas escolas. Para compreender a educação como uma atividade política e social que inclui sujeitos é necessário compreender a complexidade e a especificidade das escolas, incluindo os alunos. Isso significa que as pessoas que dirigem as escolas devem entender o que estão fazendo e contribuindo para a construção de uma escola transformadora, bem como implementar e usar as ferramentas necessárias para construir uma educação de qualidade e uma educação crítica e ponderada.

Para se alcançar uma gestão democrática das escolas há necessidade de melhorar as relações interpessoais relacionadas com o planejamento e organização da educação e da gestão escolar. Isto aplica-se principalmente aos objetivos educativos e ao plano estratégico da escola, incluindo o PPP, o regulamento escolar, o plano de ação anual e o plano curricular, todos eles preparados por indivíduos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O PPP é uma ferramenta essencial para construir uma educação de alta qualidade que atenda aos interesses e necessidades das partes interessadas. No entanto, para que isso aconteça, este documento deve ser projetado com foco nos requisitos dos alunos daquela comunidade. Isso é feito para permitir que a comunidade participe ativamente da criação do documento, tornando-o uma proposta crítica e democrática.

A gestão democrática permite que diretores, professores, funcionários, pais e alunos se envolvam e se comprometam entre si para encontrar soluções para os problemas que estão

sendo enfrentados na escola. É inquestionável que a educação requer ações coletivas de todos os participantes da escola; isso a tornará democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988] Constituição da República Federativa do Brasil – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BERNARDO, Elisangela da Silva; BORDE, Amanda Moreira; CERQUEIRA, Leonardo Meirelles. GESTÃO ESCOLAR E DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA. RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp.1, p. 31-48, mar., 2018. e-ISSN: 1519-9029 DOI: 10.22633/rpge.v22.nesp1.2018.10782.

Boschetti, Vânia Regina; Barros da Mota, Assislene; de Freitas Abreu, Dayse Lúcidie; GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional, vol. 5, núm. 10, julio-diciembre, 2016, pp. 103-111 Universidade Federal de Santa Maria, Ciudad de la Habana, Brasil.

FACÓ, Lucileide Germano Bezerra; BRAGA, Tânia Noemia Rodrigues; CASTRO, Francisca Moreira; LIMA, Maria do Socorro Nogueira Oliveira Filha; RODRIGUES, Glaydes Maria de Sousa; LIMA, Cecília Maria Lima; MENEZES, Michéle dos Santos; UCHOA, Sarah Cristina Cidrão; DOI:10.34117/bjdv7n1-246 Recebimento dos originais: 10/12/2020 Aceitação para publicação: 11/01/2021 Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.1, p.3651-3671- jan. 2021, ISSN: 2525-8761.

FERNANDES, Sergio Brasil; PEREIRA, Sueli Menezes. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 2, p. 451-474, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9566/pdf> Acesso em 01/09/2023.3

GUIMARÃES, Patrícia Alves. Trabalho Pedagógico como forma de resistência: um estudo bibliográfico. [manuscrito]. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018. (p. 20-27)

LIBÂNEO, José C; OLIVEIRA, João F; TOSCHI, Mirza S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 4. Ed. SP: Cortez, 2007. P. 108 a 119.

Paro, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

Paro, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública alguns fundamentos In Vitor Henrique Paro. Gestão e Organização do trabalho pedagógico. São Paulo: Cortez. p. 129-138, 2017.

Paro, Vitor Henrique, 1945 – Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino / Vitor Henrique Paro. – São Paulo: Ática, 2007.

RIBEIRO, Alessandra Daielle de Ávila Silva; COSTA, Danielle Mabel Ramalho; BARROS, Edna Maria Rodrigues Moura; SILVA, João Luiz Duarte; SOUSA, Marcelle Brito Lins[LD1] ATALIBA, Patrick Muniz; SOUZA, Solange Maria Batista. Revista Contemporânea, v. 3, n. 8, 2023. ISSN 2447-0961 - DOI: 10.56083/RCV3N8-128 Recebimento do original: 18/07/2023 Aceitação para publicação: 18/08/2023.

SARMENTO, Mayrla Marla Lima; ALVES, José Amiraldo da Silva. Gestão Escolar Democrática e Participativa na Escola: entre desafios e possibilidades. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24219/rpi.v1iEsp.93>, Acesso em: 13 de setembro de 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: instrumentos da organização de Classe: instrumentos da organização do trabalho. UnB/UniCEUB.

Documento Digitalizado Público

TCC Versão Final

Assunto: TCC Versão Final
Assinado por: Matheus Souza
Tipo do Documento: Documentos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 08/02/2024 14:12:02.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/02/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 542458
Código de Autenticação: 3173b4ded1

